

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.453 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2002

Iris preside a
Comissão de
Segurança



José Cruz

Comissão de Segurança analisa restrição a arma de fogo

Proposta, que é considerada uma das mais polêmicas para o combate à violência, pode ter solução intermediária, com a permissão da posse e a proibição do porte

PÁGINA 8

Seminários internacionais debatem o Mercosul e Alca

PÁGINA 2



Roque Sô

Senado começa a examinar capital estrangeiro na mídia

CCJ inicia esta semana a análise da proposta de emenda à Constituição que permite a entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas. É a primeira etapa da tramitação da matéria no Senado. Na Câmara, o texto foi aprovado por ampla maioria, após intensos debates.

PÁGINA 3

Álvaro Dias

Municípios podem receber mais recursos para educação

PÁGINA 8



Genildo Margela

Projeto amplia serviço de saúde em área afetada por epidemia

Moreira Mendes

PÁGINA 8

MPs trancam votação de 50 matérias

Três medidas provisórias que aguardam acordo das lideranças partidárias para votação estão trancando 50 outras matérias já em condições de exame no Plenário. O presidente do Senado,

Ramez Tebet, alertou os líderes para que encontrem uma solução capaz de permitir a retomada do ritmo normal dos trabalhos.

As MPs à espera de deliberação são a que alonga as dívidas originárias do crédito rural, a que cria o Fundo Seguro-Safra e a que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes para manutenção da malha rodoviária federal.

Entre as matérias atingidas pelo trancamento da pauta estão a mudança no Estatuto dos Militares, três propostas de emenda à Constituição e o projeto que veda a aplicação de silicone líquido no organismo humano.

PÁGINA 3



Roosevelt Pinheiro

Plenário do Senado tem 50 matérias prontas para votação, mas depende de acordo para deliberar sobre três medidas provisórias

Senadores discutem operação da PF em empresa de Roseana

PÁGINA 4

Comissão do Mercosul promove seminários em Fortaleza e Natal

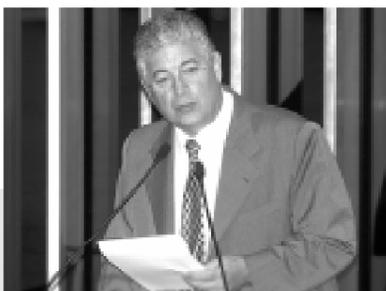
Os debates terão a participação de parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia. Alca e endividamento externo estão entre os temas a serem discutidos

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul está realizando, desde ontem, seminários em Fortaleza e Natal para discutir o Mercado Comum do Sul, Alca, desafios e endividamento externo. Os encontros, que terminam dia 14, contam com a presença de parlamentares do Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Bolívia, e representantes do Parlamento Andino, Parlamento Centro-Americano e Assembléia Legislativa do Ceará. Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Fernando Bezerra (PTB-RN), José Agripino (PFL-RN) e Geraldo Melo

(PSDB-RN) estão entre os debatedores dos seminários.

Os seminários serão realizados paralelamente à Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A abertura do seminário "O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo", hoje, será feita por Roberto Requião, presidente da representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

O endividamento externo e suas conseqüências sociais serão debatidos por integrantes de or-



Requião, presidente da Comissão do Mercosul, abre hoje um dos seminários

ganizações não-governamentais e parlamentares dos países membros e associados da Comissão do Mercosul. A discussão sobre os blocos econômicos e o novo pa-

pel dos parlamentos na integração regional do Cone Sul será aberta pelo vice-presidente da sessão brasileira, deputado Ney Lopes (PFL-RN). Participarão dos debates os presidentes do Parlamento Andino e do Parlamento Centro-Americano, além dos membros da Comissão do Mercosul.

NATAL

Amanhã, parlamentares encerrarão os debates no Ceará sobre a Alca e seu impacto no Mercosul. Em Natal, quinta-feira, a comissão promove o seminário "Mercosul e Alca: Desafios e Oportunidades".

Projeto que anula ato do TSE será votado na quarta

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) anunciou na sexta-feira que o projeto de decreto legislativo (PDL) de sua autoria que anula a resolução do Tribunal Superior Eleitoral regulando as coligações partidárias será votado no Plenário da Casa nesta quarta-feira. O relator designado é o senador Amir Lando (PMDB-RO).

Renan explicou que, por tramitar em regime de urgência, o projeto não precisa passar pelas comissões, e será votado em turno único tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Para ser aprovado, necessita apenas de maioria simples.

Ele também destacou o fato de o PDL, uma vez aprovado, não precisar de sanção do presidente da República para tornar-se lei. No caso, a resolução é promulgada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), que preside as sessões do Congresso.

Técnico da Agência de Águas depõe amanhã

A Comissão Especial do Rio São Francisco recebe amanhã, às 14h30, o superintendente de cobrança e conservação da Agência Nacional de Águas (ANA), Antônio Félix Domingues. Presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), a comissão está acompanhando o projeto de conservação e revitalização do rio.

Os trabalhos do colegiado começaram em 10 de outubro do ano passado e vão se estender até 15 de dezembro de 2002. Como relator, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) tem a incumbência de apresentar dois relatórios parciais. Em 12 de dezembro, em seu primeiro relatório parcial, Ornélas recomendou o trabalho arti-

culado dos órgãos governamentais para viabilizar a imediata construção de barragens de pequeno e médio porte ao longo dos afluentes do São Francisco. Para o senador, a medida possibilitaria regularizar a vazão do rio e manter o volume das águas num nível suficiente para permitir a irrigação, o abastecimento e a navegação.

Simon quer PMDB mobilizado nas prévias

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) fez apelo para que os vereadores, prefeitos, delegados e membros do PMDB garantam o lançamento, pelo partido, no dia 17, de candidato próprio à Presidência da República. Nesse dia o partido realizará suas prévias. Ele lamentou a posição da cúpula do PMDB, que tende a apoiar outro candidato. "Até mesmo o PFL, em que pese sua vocação governista", afirmou o senador, "optou por ter um nome para a eleição".

Para Simon, é inexplicável que o partido, que concentra nomes

de projeção nacional, não tenha um candidato. Ele lembrou que o PMDB é o único partido que fez convenção nacional para decidir sobre o lançamento de nomes, proposta consagrada por 98,7% dos votantes. Segundo disse, é estranho que hoje se tente inverter a situação, apontando como dissidentes os que querem a candidatura própria,



Simon: é inexplicável que partido não tenha candidato próprio

que representam a maioria.

Simon sugeriu que as lideranças do partido, se não estiverem satisfeitas com os nomes até agora pré-lançados, apresentem outros, como os de Jarbas Vasconcelos, governador de Pernambuco, de Ramez Tebet, presidente do Senado, ou de Michel Temer, ex-presidente da Câmara.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: discussão, em turno único, da MP nº 9/01, dispõe sobre o alongamento de dívidas originárias de crédito rural de que trata a Lei nº 9.138/95; MP nº 11/01, cria o Fundo Seguro-Safora e institui o benefício Seguro-Safora para os agricultores familiares da Região Nordeste e do norte do Estado de Minas Gerais; MP nº 12/01, abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 86 milhões; e outras proposições.

Quarta-feira

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), propõe alteração dos períodos das sessões legislativas e extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; e outras proposições.

Quinta-feira

10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), propõe alteração dos períodos das sessões legislativas e extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; e outras proposições.

Sexta-feira

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

11h30 - Comissão de Educação

14h30 - Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Arte: Cirilo Quartim

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CCJ analisa abertura da mídia a capital estrangeiro

Começa a tramitar esta semana na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposta de emenda constitucional que permite a participação de até 30% de capital externo nas empresas jornalísticas

MPs estão travando 50 itens da pauta de votações

Cinquenta itens aguardam deliberação na pauta de votações do Senado, travada por não haver acordo entre as lideranças partidárias para votação de três medidas provisórias (MPs). O presidente da Casa, Ramez Tebet, já alertou os líderes para que encontrem solução a fim de que as votações sejam retomadas.

As matérias estão barradas pelas MPs que alongam as dívidas originárias do crédito rural; criam o Fundo Seguro-Safra, destinado a garantir renda mínima para agricultores do Nordeste e do semi-árido de Minas Gerais; e abrem crédito extraordinário de R\$ 86 milhões em favor do Ministério dos Transportes, para atender à manutenção da malha rodoviária federal.



Paulo Hartung é um dos autores das propostas que reduzem recesso parlamentar

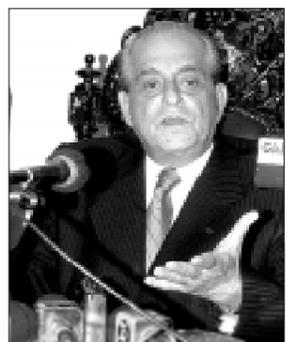
Também deve ser iniciada a discussão de três propostas de emenda à Constituição destinadas a reduzir o recesso parlamentar e acabar com as convocações extraordinárias do Congresso. Maguito Vilela (PMDB-GO), Paulo Hartung (PSB-ES) e o ex-senador Jader Barbalho são os autores das propostas. Outra proposta que aguarda deliberação institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental do São Francisco.

Se essas MPs forem votadas, o Senado delibera amanhã sobre projeto de iniciativa do governo alterando a lei que dispõe sobre o Estatuto dos Militares, no dispositivo que trata da transferência *ex officio* do militar para a inatividade remunerada.

Tebet diz que não dá para aprovar CPMF até dia 18

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou na sexta-feira que fatalmente haverá atraso na aprovação da emenda constitucional que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Isso significa que o tributo deixará de ser cobrado temporariamente.

— Como é que nós vamos aprovar a CPMF até o dia 18? Não tem jeito para aprovar até o dia 18. Em razão disso está



Tebet observa que crise entre partidos já produz consequências

provado que essa crise entre o PFL e o PSDB já trouxe consequências para o governo — disse Tebet à *Voz do Brasil*.

No Senado, a matéria teria que ser aprovada até o próximo dia

18, de modo a não haver interrupção nos descontos efetivados pelos bancos nas movimentações financeiras. É que são necessários três meses, após aprovação de emenda relativa à CPMF, para que a contribuição possa começar a ser cobrada. Assim, se não for renovada, a CPMF acabará no dia 19 de junho.

Segundo técnicos do Tesouro Nacional, cada semana sem a CPMF representará para o governo perda de cerca de R\$ 400 milhões em arrecadação. Alguns observadores calculam que o impasse deverá interromper a cobrança da CPMF por duas semanas.

Apesar de ter sido aprovada no final de fevereiro pelos deputados por ampla maioria (402 votos favoráveis e apenas 23 contrários), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a entrada de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas ainda é controversa. A tramitação da matéria no Senado será iniciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta semana.

A PEC que chega à comissão é fruto de amplo acordo, que envolveu entidades de classe e parlamentares de todas as tendências, com exceção do PDT. O apoio da oposição foi conquistado com a garantia de instalação do Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão consultivo do Congresso Nacional, cuja criação é prevista na Constituição de 1988.

Porém, divergências entre as emissoras de radiodifusão em torno da escolha do padrão da TV digital no Brasil levaram à ruptura das redes de televisão Record, Bandeirantes e SBT com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), o que pode aumentar as resistências à proposta no Senado. A disputa levou ao questionamento da representatividade da Abert, reconhecida até então nas negociações como a representante do setor e responsável, futuramente, pela indicação de um dos membros do CCS.

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), não acredita que esse fato vá atrapalhar a tramitação da matéria no Senado. Ele destaca o fato de a PEC ter recebido amplo apoio na Câmara e de sua aprovação ser defendida pelo governo.

— A matéria é benéfica, pois não retira o controle das mãos de bra-



Távola: entrada de capital pode diminuir avanço da "oligopolização da mídia"

sileiros, já que limita a participação estrangeira em 30% do capital. O conteúdo da informação também fica, obrigatoriamente nas mãos de brasileiros natos — disse Artur da Távola.

Para o senador, a entrada do capital estrangeiro pode diminuir o avanço do fenômeno da "oligopolização da mídia", que vem sendo observado nas últimas décadas, em que poucos grupos crescem e acabam controlando

grande parte do conteúdo.

— Cada vez menos gente fala para mais gente. É a concentração desse poder de falar para multidões. Não é monopólio porque, na lei, é aberto, mas, na prática, é um oligopólio, porque um pequeno grupo toma conta de um espaço muito grande nessa área — declarou Artur da Távola, acreditando que muitas empresas, não lucrativas, terão dificuldades de atrair o capital estrangeiro.

Não é isso o que pensa o senador Lauro Campos (PDT-DF), para quem as empresas de comunicação são extremamente rentáveis e receberão aportes de capital internacional. Para ele, o setor deveria ser considerado de segurança nacional sem participação estrangeira.

— A abertura dessa possibilidade é apenas o início do desastre. Vai ser difícil controlar e limitar essa participação a 30%. A comunicação não é uma mercadoria qualquer e, ainda que fosse, eu teria muitas restrições.

Mudanças nas empresas de comunicação

O que diz a Constituição hoje

- A participação de capital estrangeiro é vedada
- Apenas pessoas físicas podem ser proprietárias de empresas de comunicação. A participação de pessoa jurídica no capital social é vedada

O que diz a PEC

- Limita em 30% a participação de capital estrangeiro
- As empresas de comunicação podem transformar-se em pessoas jurídicas e captar recursos em bolsa de valores
- Brasileiros natos são responsáveis pela programação e pelo conteúdo editorial
- Profissionais brasileiros têm prioridade na produção de programas
- Lei ordinária vai disciplinar a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação
- As mudanças adonórias nas empresas de comunicação devem ser comunicadas ao Congresso Nacional



Indicação de embaixadores na pauta da CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para apreciar a indicação de embaixadores feita pelo presidente da República. O diplomata José Alfredo Graça Lima foi indicado para representar o Brasil junto à Comu-

nidade Européia. Jório Salgado Gama Filho, hoje embaixador junto à África do Sul, foi indicado para acumular também o comando das embaixadas de Botsuana e Lesoto.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) é o relator da indicação de

Graça Lima. Geraldo Melo (PSDB-RN) apresentará pareceres sobre a indicação de Jório Salgado. A deliberação dos senadores sobre os pareceres será feita em reunião secreta. O Plenário do Senado também se posicionará sobre as indicações.

Carlos Wilson questiona fax remetido por delegado a FHC

Senador considera “suspeito” episódio da busca na empresa de Roseana Sarney e compara-o ao “Caso Watergate”, que levou presidente americano a renunciar

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) questionou na sexta-feira, em Plenário, os motivos que teriam levado o delegado da Polícia Federal encarregado do mandado de busca na empresa Lunus Participações, que tem como acionista a governadora Roseana Sarney, a enviar um fax diretamente ao presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio da Alvorada.

Carlos Wilson comparou o episódio ao Caso *Watergate*, que levou o então presidente americano Richard Nixon a renunciar após a descoberta de espionagem na sede do Partido Democrata, em Washington. Para o senador, o presidente da República e o ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, devem explicações à nação.

— A essa altura, falar de *impeachment* do presidente poderia soar como proposta radical. Mas Richard Nixon caiu por muito menos do que isso. Reconheço em Fernando Henrique sua inteligência e capacidade de trabalho, mas não consigo entender por que um simples dele-



Carlos Wilson disse não entender a comunicação do delegado da PF ao presidente da República

gado da Polícia Federal, em meio a operação de busca, transmitiu por fax documentos para o Palácio da Alvorada — afirmou.

De acordo com o senador, a operação realizada em São Luís é, no mínimo, suspeita. Ele disse que custa a crer na possibilidade de terem sido mobilizados efetivos da Polícia Federal apenas para prejudicar a candidatura de Roseana ao Palácio do Planalto. E questionou se os fatos teriam ocorrido de outra forma, caso a governadora tivesse acei-

tado ser candidata a vice-presidente na chapa liderada pelo senador José Serra, do PSDB.

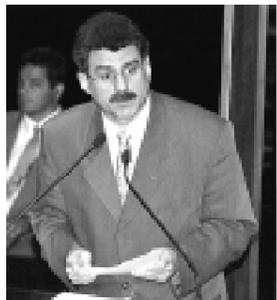
A mesma pergunta foi feita, em aparte, pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Ele indagou se Fernando Henrique havia mesmo recebido fax com relatório sobre a operação de busca, quando negou publicamente a informação. Nesse caso, ressaltou, o presidente teria mentido como Nixon no Caso *Watergate*. Simon perguntou ainda por que o delegado da Polícia Federal teria concluído a sua mensagem, segundo informações publicadas na imprensa, dizendo que a missão havia obtido êxito.

Também em aparte, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que “não passa pela cabeça de ninguém” que Fernando Henrique tenha dado ordem para a realização da operação de busca em São Luís. O senador defendeu a completa apuração dos fatos — com o que concordou Carlos Wilson — para que a sociedade brasileira tenha “conhecimento claro do que está acontecendo”.

Jucá: presidente só ficou sabendo após a operação

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) expressou em Plenário, na sexta-feira, seu repúdio a “provocações ou insinuações” de que o governo teria orientado a operação da Polícia Federal feita na empresa Lunus, de propriedade da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, e de seu marido, Jorge Murad.

“Não estou aqui para retaliar ou ampliar um enfrentamento desnecessário, mas para registrar mais uma vez que o presidente Fernando Henrique não tomou conhecimento do fato antes de acon-



Romero Jucá repudiou “provocações ou insinuações” sobre episódio do Maranhão

tecer”, declarou. Segundo o senador, Fernando Henrique estava no Palácio da Alvorada (residência oficial do governo) quando foi informado da operação pelo senador Jorge Bornhausen e pela governadora do Maranhão. Em seguida, o presidente teria entrado em contato com integrantes do governo para obter informações sobre a ação da PF.

Romero Jucá considerou “lamentável” o episódio ocorrido na empresa Lunus, mas observou que alguns parlamentares e partidos “têm tentado agudizar uma crise entre o

PFL e o PSDB que não deve existir”, aludindo aos reflexos do caso sobre as eleições de 2002. Se a tendência é de que PFL e PSDB lancem candidaturas próprias à Presidência da República, Jucá acredita que, no segundo turno, a união será retomada e “o compromisso com o Brasil vai prevalecer”.

Na opinião do senador, a tentativa de transformar um fato isolado em político tem o objetivo de desgastar a imagem do presidente Fernando Henrique e do pré-candidato tucano, senador José Serra (PSDB-SP). “A questão eleitoral deve ser colocada em alto nível”, afirmou Jucá, reiterando que tem respeito pelo PFL e crê que o partido vá continuar agindo com responsabilidade e em sintonia com os rumos demandados pelo país.

Melo afirma que governo não teve participação no episódio

O líder do PSDB, senador Geraldo Melo (RN), afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso — ou qualquer outra autoridade do governo — não teve nenhuma relação com o episódio ocorrido no Maranhão em torno da empresa da governadora Rose-



Para Geraldo Melo, opinião pública não deve ficar com falsa impressão do ocorrido

ana Sarney, e que culminou com a saída do PFL da base governista.

— É preciso evitar que se consolide na opinião pública uma falsa impressão do que aconteceu. Pretender que tenha havido postura política do presidente da República nesse acontecimento é forçar uma ação que não existiu, e a sociedade precisa saber disso.

Melo disse que a comprovação pode ser feita com a nota publicada pelo próprio PFL, em que, destacou, não existe nenhuma referência específica sobre participação de Fernando Henrique no ocorrido.

— Não conheço ninguém do governo que durante esta última semana não tenha se manifestado de forma carinhosa a respeito da go-

vernadora Roseana — afirmou Geraldo Melo, declarando sua amizade, respeito e admiração pelo senador José Sarney e por sua família.

Melo lamentou o episódio, mas contou que fato semelhante ocorreu recentemente com deputado pelo PSDB do Mato Grosso do Sul e que é vir-

tual candidato ao Senado. O deputado, narrou Melo, teve seu gabinete vasculhado por ação policial decorrente de processo judicial.

— Existe total semelhança nas ações e não haveria apelo possível, mesmo ele sendo do partido do governo, para evitar a inspeção. Os processos judiciais não podem ficar suscetíveis a intervenções de autoridades políticas — enfatizou.

O senador lamentou o desligamento do PFL do governo, lembrando que o partido apoiou quase todas as votações e iniciativas governamentais nos últimos sete anos. Aproveitou para elogiar a intenção, anunciada por Roseana, de esclarecer todos os fatos que envolvam o nome dela no episódio.

Mozarildo homenageia Roseana no Dia Internacional da Mulher

Ao discursar sobre o Dia Internacional da Mulher, comemorado na sexta-feira, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) homenageou a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, comparando a apreensão dos papéis e de dinheiro em sua empresa, a Lunus, com a violência sofrida pelas



Mozarildo afirma que forças políticas e econômicas quiseram calar Roseana

129 operárias que foram queimadas vivas em 1857, nos Estados Unidos, episódio símbolo da escolha do dia 8 de março para a homenagem às mulheres.

Segundo Mozarildo, Roseana ousou ao pretender ser presidente da República, e, por isso, as forças políticas e econômicas quiseram calar sua voz. Mas, observou, ela não se entregou e venceu, obtendo apoio maciço de seu partido e a admiração do país inteiro. “Eu me sinto indignado com a forma como se faz política neste país”, protestou.

Mozarildo criticou o que chama

de prática brasileira de confundir investigação com denúncia e denúncia com condenação. Esse procedimento, disse, faz lembrar os tempos da “malfadada Inquisição”, quando as vítimas eram previamente escolhidas e o “ritual macabro” da investiga-

ção e do julgamento era apenas para constar, pois a condenação já estava decidida. “Precisamos rever esse processo, passando a respeitar a honra das pessoas”, ressaltou.

O senador condenou também o fato de, em nome de ilusória superioridade masculina, mulheres serem mortas, espancadas, torturadas, física e emocionalmente, proibidas de estudar e de viver. “Os homens precisam se lembrar de que foi uma mulher quem primeiro lhes deu alimento, também uma mulher quem lhes ensinou as primeiras letras”, concluiu.

Senadores lamentam saída de José Coelho

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) registrou em Plenário, na sexta-feira, pesar pela saída do senador José Coelho (PFL-PE) da Casa. Suplente do ex-ministro de Minas e Energia, José Jorge (PFL-PE), José Coelho assumiu o mandato como senador no dia 13 de março de 2001. O retorno de José Jorge ao Senado deve ocorrer na próxima semana.

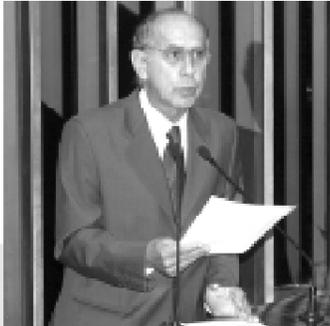
“Lamentamos a perda do trabalho e da simplicidade

de um senador que marcou posição em defesa do Nordeste e contribuiu muito, apoiando as propostas encaminhadas pela liderança do governo”, declarou Jucá.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) associou-se à homenagem prestada pelo parlamentar tucano a José Coelho. “Trata-se de um homem correto e de amizade larga, que vai deixar saudades no Senado”, afirmou.

Viana: cota para mulher começa a dar resultado

Garantia do mínimo de 30% de mulheres candidatas aos cargos eletivos já se refletiu em participação mais significativa nas eleições de 2000, mas ainda não assegurou proporcionalidade em relação aos eleitos, afirma senador



Mauro Miranda observa que a mulher é o sustentáculo da família

Mauro Miranda defende moradia para mulheres

No Dia Internacional da Mulher, celebrado na sexta-feira, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pediu a aprovação de projeto de lei de sua autoria dando preferência às mulheres na concessão de títulos de moradias financiadas com recursos orçamentários da União. O projeto está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para justificar sua proposta, Mauro Miranda argumenta que a mulher é o sustentáculo da família. Por morte do cônjuge, separação ou simples abandono, as mulheres vêem-se na contingência de criar os filhos com poucos recursos de uma pensão ou apenas com o rendimento de seu próprio trabalho, observou.

Neste contexto surge um segundo paradoxo, explicou. Segundo o senador por Goiás, embora a mão-de-obra feminina esteja, a cada dia, conquistando mais espaço na economia brasileira, as mulheres recebem salários médios inferiores aos dos homens, ainda que no desempenho das mesmas funções.

O senador ressaltou ainda que as homenagens e o justo reconhecimento do valor das mulheres precisam ser reforçados por políticas sociais que protejam a mulher.

— Este é o espírito que norteou a apresentação de meu projeto de lei. Faço aqui, também, um apelo às autoridades governamentais para que tornem mais efetivas as políticas diferenciadas em favor da mulher brasileira — disse.

O sistema de cotas, que garante o mínimo de 30% de mulheres candidatas a todos os cargos eletivos, ainda não se refletiu, proporcionalmente, numa relação direta entre candidatos e eleitos por sexo, avaliou o senador Tião Viana (PT-AC), ao homenagear as mulheres no seu dia. Tião Viana lembrou que o sistema de cotas foi instituído em 1995, ao se

converter em lei um projeto da então deputada Marta Suplicy (PT-SP).

De acordo com o senador, em 1998, as mulheres representaram

19% dos candidatos às assembleias estaduais e distritais, mas apenas 10% foram eleitas. Na eleição para a Câmara dos Deputados, 10% dos candidatos eram mulhe-



Tião Viana lembrou que sistema de cotas resultou de projeto de Marta Suplicy

Nabor destaca conquistas desde 1930

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) prestou, na sexta-feira, homenagem ao Dia Internacional da Mulher, destacando as conquistas sociais e políticas da mulher brasileira a partir de 1930 — dois anos antes de ser garantido à mulher, pelo Código Eleitoral, o direito ao voto. Segundo Nabor Júnior, a mulher “saiu de uma condição de escrava do homem” para ocupar um importante papel na sociedade moderna no Brasil, onde é inclusive maioria.

Nabor Júnior ressaltou que a mulher tem tido papel de destaque também no seu estado, o Acre, nos mais diversos setores, havendo um grande número de juízas, de ex-governadoras e de mulheres parlamentares.

O senador leu artigo da delegada Marta Rocha, publicado no *Jornal do Brasil* sob o título “Quem mandou nascer mulher”, protestando contra a violência doméstica e sexual, a esterilização expressiva e os baixos salários.



Nabor Júnior: mulher tem alcançado papel de destaque também no estado do Acre

Para Lindberg, a discriminação persiste

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) afirmou que o Dia Internacional da Mulher deve servir para uma ampla reflexão da sociedade sobre os significativos avanços da mulher em todos os setores, mas também sobre o quanto ainda o sexo feminino sofre discriminações nos espaços que ocupa.

Lindberg lembrou o episódio que marcou o início do movimento feminista (1857), quando funcionárias de uma indústria têxtil morreram em protesto por melhores condições salariais e de trabalho. Desde então, destacou, a



Lindberg Cury: de acordo com o IBGE, mulheres chefiam um quarto dos lares brasileiros

luta das mulheres por igualdade de condições com os homens tem sido uma constante.

O senador referiu-se aos baixos salários, às dificuldades femininas para conquistar melhores posições no mercado de trabalho e ao grau cada vez maior de responsabilidades que assumem, inclusive no lar, onde respondem por mais de 90% das funções familiares.

— Hoje, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas chefiam um quarto dos lares brasileiros, sendo 31 milhões de trabalhadoras e representando 41% da população economicamente ativa do país — afirmou.

Avanço ocorre de forma lenta, ressalta Jucá

Apesar das expressivas conquistas obtidas no campo do Direito e da liberdade de expressão, as mulheres ainda estão em busca de mais respeito e espaço em cargos de decisão nas esferas pública e privada, afirmou o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

— Embora possamos encontrar mulheres notáveis em quase todos os campos da atividade humana e da história brasileira, a maioria da população feminina ainda não tem acesso aos benefícios da igualdade democrática — destacou Jucá, para quem, no Brasil, se a sociedade ainda não concedeu às mulheres maior visibilidade, a culpa é do lento processo de absorção de mudanças pelas estruturas sociais internas.

Não obstante persistir a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, observou Jucá, houve uma redução na taxa de desemprego e da informalidade entre os trabalhadores do sexo feminino. Segundo informou, o número de mulheres empregadas cresceu 8,6% entre 1996 e 1999, passando de 9 milhões para 9,8 milhões.

Quanto à atuação na vida pública, o senador tucano admitiu que ainda falta à mulher conquistar posições mais expressivas nas esferas de poder e decisão política. Conforme revelou, as mulheres representam 6,57% dos parlamentares federais, enquanto só uma ocupa o cargo de governador de estado. “Nos altos escalões do Judiciário existem poucas juízas (uma no Supremo Tribunal Federal, duas no Superior Tribunal de Justiça e duas no Tribunal Superior do Trabalho). Não há mulheres no comando dos ministérios”, acrescentou.

Documento resume ações prioritárias

Uma comissão formada por representantes da bancada feminina do Congresso e do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) entregou aos presidentes de todos os partidos políticos o documento Plataforma para as Eleições Brasileiras de

2002: O Brasil que Queremos. O encontro ocorreu no Ministério da Justiça.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e a deputada Tetê Bezerra (PMDB-MT) representaram a bancada feminina do Senado e da Câmara. Participaram ainda do

encontro o ministro da Justiça, Aloísio Nunes Ferreira, e a presidente do CNDM, Solange Bentes.

O documento traz uma lista de ações e políticas públicas prioritárias em defesa dos direitos das mulheres.



Emilia representou bancada feminina do Senado

Lauro propõe passe livre em aviões para deficiente pobre

Senador lembra que a lei atual prevê o benefício apenas nos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, ignorando as dimensões do país

As pessoas carentes portadoras de deficiência poderão ter passe livre em vôos comerciais interestaduais, se o Senado aprovar projeto do senador Lauro Campos (PDT-DF) destinado a atendê-las. O projeto considera carente o portador de deficiência que comprova renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

Se aprovado, o benefício ficará restrito às viagens com extensão igual ou superior a 500 quilômetros, nas linhas comerciais regulares. O objetivo é limitar a concessão desse direito aos vôos regulares, para que o benefício não seja desvirtuado, dando acesso aos vôos fretados.

Na opinião de Lauro Campos, trata-se de medida justa e necessária, pois a lei atualmente contempla os deficientes apenas com facilidades nos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário.



Célio Azevedo

Projeto de Lauro restringe benefício às viagens de 500 quilômetros ou mais

Para o senador, a lei aparentemente ignora que as dimensões continentais do país impõem o uso do transporte aéreo. "E esse uso torna-se ainda mais impositivo no caso da pessoa portadora de deficiência, que precisa vencer longas distâncias", argumenta ele em

sua justificativa.

No entender de Lauro Campos, se o passageiro comum já sofre certos transtornos em viagens, "o que dizer daquele que apresenta limitações de ordem diversa para deslocar-se e daquele que, além disso, padece de carência financeira?". Para o senador, "não há dúvida de que este será condenado ao isolamento se o estado não intervier em seu auxílio".

Lauro Campos lembrou ainda que a Constituição reconhece a condição de maior vulnerabilidade desse cidadão, por isso prescreve a todos os entes federativos a competência de cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência, e de combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos desfavorecidos.

Análise da reforma do Judiciário avança

A reforma do Judiciário, considerada um dos projetos mais importantes em discussão no Senado, avançou bastante na semana passada. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) encerrou a votação dos destaques apresentados ao parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), abrindo caminho para que a matéria seja apreciada pelo Plenário. Nesta quarta-feira, os senadores da CCJ conhecerão o texto consolidado da reforma, que recebeu dezenas de emendas.

Por conta das emendas, a reforma do Judiciário terá de voltar ao exame dos deputados, depois de passar por duas votações no Plenário do Senado. Por se tratar de emenda à Constituição, exige-se aprovação por um mínimo de 49 dos 81 senadores. A reforma é considerada importante, entre outras coisas, por permitir a aceleração de processos na Justiça, eliminando recursos utilizados para atrasar o cumprimento de decisões dos tribunais.

Também na última semana, a Comissão Mista de Segurança Pública começou a votar os primeiros projetos destinados a reduzir a criminalidade no país. A primeira proposta aumenta a pena para



Célio Azevedo

Bernardo Cabral apresenta nesta semana à CCJ o texto consolidado da reforma

o crime de seqüestro e cárcere privado e tipifica os crimes de extorsão mediante privação de liberdade (seqüestro-relâmpago). A comissão decidiu propor ao Congresso que a pena para o seqüestro passe da variação de 6 a 15 anos para 12 a 20 anos.

A manutenção de uma pessoa em cárcere privado, hoje punida com reclusão de 1 a 3 anos, passaria a uma variação de 2 a 5 anos. O seqüestro-relâmpago passaria a ser punido com prisão de 6 a 12 anos. A Comissão Mista de Segurança Pública concordou com outra mudança na lei para reduzir a criminalidade — a interceptação do telefone utilizado pela vítima de seqüestro, mediante auto-

rização dos familiares. Outra mudança legislativa aprovada prevê que cabe à família decidir se podem ou não ser divulgados pelos meios de comunicação os crimes de seqüestro.

Ainda com a finalidade de acelerar o julgamento de processos criminais, a Comissão de Segurança Pública aprovou mudanças no Código de Processo Penal que vão diminuir o número de recursos e a duração das ações. Uma delas autoriza o juiz a concentrar a instrução criminal em uma audiência, na qual seriam ouvidas as testemunhas e as alegações da defesa e da acusação.

Na terça-feira, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou um projeto que interessa aos milhões de brasileiros filiados a planos e seguros privados de saúde. Uma proposta do senador Paulo Souto (PFL-BA) proíbe a exigência de caução ou depósito de qualquer natureza, por parte de hospitais e clínicas, nos casos de internação de pacientes filiados a planos de saúde. Trata-se de projeto terminativo, ou seja, poderá ser enviado diretamente ao exame da Câmara, exceto se houver pedido para que a matéria também seja votada no Plenário do Senado.

Instituto Legislativo abre na quinta-feira ano letivo de 2002

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) realiza na próxima quinta-feira, às 10h, no Auditório Petrônio Portella, uma solenidade para marcar o início do seu ano letivo. A cerimônia contará com a presença do 1º secretário do Senado, senador Carlos Wilson (PTB-PE), além dos diretores de todas as secretarias e subsecretarias da Casa. Durante o evento serão distribuídas apostilas com o cronograma de cursos e eventos que vão ocorrer ao longo de 2002. Na mesma

data, o ILB vai dar início ao curso de Gestão de Contratos Administrativos, ministrado por Martha Lyra do Nascimento.

Criado em 1997, o ILB proporciona aos funcionários do Senado a possibilidade de receber cursos de treinamento e aperfeiçoamento nas mais diferentes áreas. Por meio de cursos a distância, o instituto colabora com a integração e a modernização dos parlamentos em grande parte dos estados e municípios do país.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

1h — *Cidadania* — O sen. Artur da Távola e o jornalista Hélio Doyle falam sobre o capital estrangeiro na comunicação
2h — *Saúde/Unip* — Estresse Parte 1
2h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
3h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
3h30 — *Entrevista* — O sen. Agripino Maia fala sobre as coligações partidárias
4h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
4h30 — *Saúde/Unip* — Estresse Parte 1
5h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
5h30 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
6h — *Saúde/Unip* — Estresse Parte 1

6h30 — *Cidadania* — O sen. José Fogaça e o deputado federal José Carlos Martínez falam sobre as coligações partidárias
7h30 — *Entrevista* — O sen. Eduardo Suplicy fala sobre a renda de cidadania
8h — Comissão Mista de Segurança Pública
14h — *Canal do Município* — Programa dedicado aos municípios brasileiros
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Agripino Maia fala sobre as coligações partidárias
19h30 — *Cidadania* — A sen. Emilia Fernandes e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Solange Jurema, falam sobre a mulher na sociedade
20h30 — *Entrevista* — O sen. José Alencar fala sobre o fim do racionamento
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária
23h48 — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 Mhz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Ricardo Santos propõe liberação do FGTS para desempregado investir na abertura de negócios

CAS analisa modificações na liberação do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na quarta-feira para discutir pauta de 20 itens, entre os quais parecer do senador Ademir Andrade (PSB-PA) favorável a projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que propõe a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para desempregados investirem na abertura ou expansão de empreendimento próprio.

O outro é o substitutivo do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA) que possibilita a utilização do FGTS para quitação de prestações atrasadas ou a vencer de financiamentos habitacionais.

Também está na pauta da CAS o parecer do relator, senador Tião Viana (PT-AC), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estendendo a responsabilidade solidária pelo cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho às empresas contratantes de prestadoras de serviços.

LIMITE DE NICOTINA

Outro parecer de Tião Viana que poderá ser analisado é sobre o projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece limites para os teores de nicotina, alcatrão e monóxido de carbono permitidos nos cigarros. O relator quer que os cigarros de tabaco produzidos e comercializados no país passem a conter, no máximo, um miligrama de nicotina, dez miligramas de alcatrão e oito miligramas de monóxido de carbono na corrente principal da fumaça.

A CAS deverá analisar ainda parecer do senador Moreira Mendes (PFL-RO) favorável ao projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza o não-comparecimento do empregado ao serviço para a procura de parente desaparecido.

Lobão sugere medidas para estimular o turismo no país

Ele disse que a atividade turística mundial gerou US\$ 4,5 trilhões em 1999, tendo o Brasil faturado, no mesmo ano, US\$ 32 bilhões

O senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu o incremento da atividade turística no Brasil como forma de gerar renda e emprego mais adequados a um desenvolvimento sustentável e equilibrado, especialmente para os segmentos mais carentes da população. Medidas simples como melhorar o domínio da língua inglesa entre os agentes públicos que atuam na recepção ou na despedida de turistas estrangeiros foram sugeridas pelo senador. "Mas isso não acontece na rotina dos aeroportos e portos marítimos brasileiros", lamentou.

Comparando os números do turismo brasileiro com os do turismo americano, ele observou que, enquanto o Brasil recebeu 4,5 milhões de turistas em 2000, apenas a cidade de Las Vegas recebeu 36 milhões de visitantes, embora a maioria seja do próprio país.

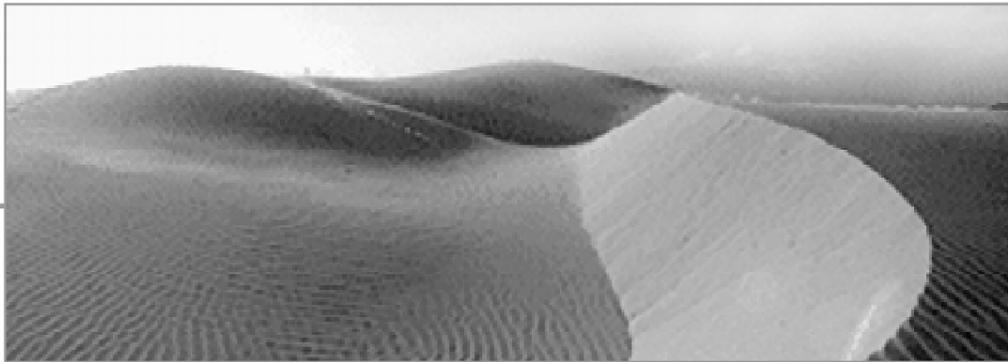
Para ele, o que falta ao turismo no Brasil é investimento em infraestrutura e em qualificação de pessoal. "Turista algum, dispondo de opções as mais variadas para seu entretenimento, optará por um local de destino que não ofereça boa rede hoteleira, boas condições de segurança, de transporte e de infra-estrutura sanitária", assinalou.

— Dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) revelam que, em 1999, a atividade turística faturou em todo o mundo US\$ 4,5 trilhões, arrecadando US\$ 792 bilhões em impostos e



Edison Lobão apontou, entre outras providências, melhor conhecimento de idiomas pelos que atuam na área

gerando 192 milhões de empregos. No Brasil, no mesmo período, segundo a Embratur, o turismo gerou uma renda de US\$ 32 bilhões, propiciando uma arrecadação de US\$ 7 bilhões em tributos diversos e gerando 6 milhões de empregos — comparou.



Parque dos Lençóis pode tornar-se patrimônio mundial

Ao reportar-se à campanha para tornar o Parque Nacional dos Lençóis, localizado no Maranhão, sítio do patrimônio mundial natural, o senador Edison Lobão informou ao Plenário que consultores da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) estiveram recentemente no local, à busca de dados que justifiquem a concessão do título.

— Depois de visitar o local, os consultores concluíram que a riqueza e beleza naturais do parque estão bem preservados e que existem grandes chances de o local efetivamente ser reconhecido pela Unesco como sítio mundial natural — comemorou.

Ele destacou que a importância dessa decisão da Unesco é a de abrir portas para fundos de

financiamento nas áreas de pesquisa, planejamento e conservação da biodiversidade, dando projeção mundial aos Lençóis. O parque, conforme o senador, "é um dos mais raros e belos fenômenos geológicos do mundo". Composto pelo Rio Preguiças, pelos pequenos lençóis e pelos povoados de Atins, Mandacaru e Caburé, o conjunto fica em um deserto cheio de lagoas de águas cristalinas, formadas pelas chuvas.

Lobão manifestou otimismo diante da previsão do gerente de Meio Ambiente do estado, Márcio Vaz, de que o projeto relativo ao Parque Nacional dos Lençóis será elaborado em 2002 para ser apresentado à Unesco no próximo ano.

Ele também ressaltou que "o

Maranhão é hoje o detentor do maior grupo de edificações históricas do Brasil". De acordo com o senador, são cerca de 3.500 prédios e casarões com azulejos portugueses antigos, que contam muitos séculos e estão ameaçados de desaparecer.

O senador disse que, quando governador, preocupou-se em investir na restauração dos principais monumentos de São Luís.

— Cuidar de um patrimônio da humanidade como o de São Luís é um dever que cabe não somente ao governo estadual, mas a todo o país por meio do poder central. Só este tem condições de investimentos que assegurem a preservação e restauração de obras de valor cultural e histórico inestimável — acrescentou.

Jucá destaca a atuação de Serra à frente da Saúde

Em nome da liderança do governo, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) enumerou sexta-feira, em Plenário, as principais conquistas obtidas pelo país na área de saúde ao longo dos últimos quatro anos, período em que ocupou o cargo de ministro da Saúde o senador José Serra (PSDB-SP), pré-candidato de seu partido à Presidência da República.

Jucá destacou a adoção dos genéricos e a diminuição de impostos sobre medicamentos de uso continuado. Também apontou o êxito da campanha contra a Aids.

— Faço esse relato porque considero importante que o país saiba que o governo Fernando Henrique tem o compromisso de atuar na área social — afirmou.

Alcântara elogia Prêmio Caixa de Melhores Práticas

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou o Prêmio Caixa de Melhores Práticas, iniciativa da Caixa Econômica Federal que contempla as dez



Segundo Alcântara, iniciativa da CEF ajuda comunidades

melhores práticas de desenvolvimento social com até R\$ 25 mil em serviços de consultoria para ampliar o alcance de cada projeto.

Alcântara informou que os projetos abrangem formas de planejamento urbano, programas de alfabetização de operários da construção civil, organização comunitária, educação sanitária, saneamento básico, inserção social de indígenas, recuperação ambiental e capacitação de agricultores.

— Mesmo que o simples fato de melhorar as condições de vida individual e coletiva das comunidades fosse idealmente motivo suficiente para encorajar as práticas de promoção social, iniciativas como a da Caixa, sobretudo partindo de órgãos implicados com o desenvolvimento nacional, são fatores adicionais motivadores do aumento do número e da qualidade das práticas de autodesenvolvimento das comunidades locais — ressaltou o parlamentar.

Comissão inicia exame de restrição a armas de fogo

Iris Rezende defende banimento de armas, mas de forma gradual. Ele disse que, antes, é preciso combater contrabando e desarmar bandidos

A restrição ao comércio e porte de armas no país deve começar a ser discutida amanhã pela Comissão Mista de Segurança Pública, informou o relator-geral, deputado Moroni Torgan (PFL-CE). A tendência é que o relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG) sobre os projetos que tratam do tema espelhe uma posição intermediária entre a proibição total, contida em algumas propostas em tramitação no Congresso, e a atual legislação, mais permissiva.

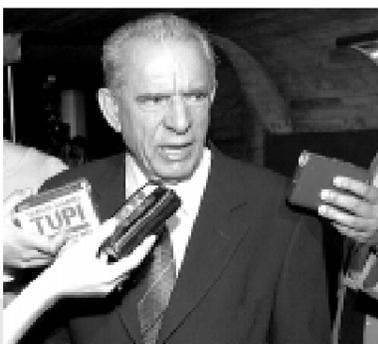
O texto deve tornar o porte de armas exclusividade das polícias e das Forças Armadas. O cidadão comum poderia ter armas em casa, se devidamente registradas, apenas para a proteção de sua família e de sua propriedade.

Presidente da comissão, o senador Iris Rezende (PMDB-GO)

defendeu o banimento de armas no Brasil. Mas ele entende que a medida deve ser adotada paulatinamente. O senador explicou que primeiro o governo precisa acabar com o contrabando, em seguida desarmar os bandidos, e só então retirar as armas utilizadas pelo restante da população.

Iris Rezende garantiu que suas discordâncias em relação às propostas que determinam a proibição radical do porte de armas não terão influência na condução dos trabalhos da comissão, especialmente quando estas propostas estiverem em debate.

Ainda segundo o relator Moroni Torgan, deve começar a ser discutida na próxima reunião a proposta que vincula recursos do Orçamento da União para investi-



A Comissão de Segurança Pública é presidida pelo Senador Iris Rezende

mentos em segurança pública. A idéia é criar dispositivo semelhante aos que garantem constitucionalmente recursos para a saúde e educação.

Também estão adiantados, conforme o relator, os trabalhos da subcomissão que estuda a reestruturação das polícias.

Sérgio Machado defende medidas prioritárias

O senador Sérgio Machado (PMDB-CE) disse que a Comissão Mista de Segurança Pública deve apresentar proposições prioritárias e soluções práticas que demonstrem à população o caráter pragmático do trabalho desenvolvido pelos parlamentares no combate à violência e ao crime. A preocupação do senador é de que a movimentação política pré-eleitoral prejudique o trabalho da comissão.



Sérgio Machado advertiu que não se deve permitir esvaziamento da comissão

— Que a criação da comissão especial não seja encarada pela sociedade como mera medida eleitoreira; que seus trabalhos sejam céleres e objetivos, de modo que transpareçam sua importância e sua eficiência; e

que a mídia possa levar ao público resultados palpáveis de seus exames e debates — afirmou.

Na avaliação de Sérgio Machado, é fundamental alterar a legislação para que o país possa en-

frentar um problema que, apenas no ano passado, resultou no assassinato de 40 mil pessoas e no seqüestro de mais 522 cidadãos.

— Não podemos permitir que a ação do Congresso com vistas ao urgente resgate da confiança popular no âmbito da segurança pública seja confundido com engodos oportunistas de campanha. Não permitamos que a comissão especial, criada no calor das emoções, venha a esvaziar-se sob qualquer pretexto, nem que suas atividades venham a ser sabotadas pela superveniência de novos interesses aparentemente mais urgentes — alertou o senador.

Serviço de saúde pode abrir em fim de semana

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto de lei determinando a obrigatoriedade do funcionamento nos fins de semana dos serviços de saúde, públicos e privados, nas áreas afetadas por epidemias. Ele avaliou que a atual epidemia de dengue que atinge o Brasil mostrou a fragilidade do sistema de saúde do país e o descompromisso de gestores e proprietários de serviços do setor para com o atendimento da

população.

— O fechamento de serviços durante os fins de semana, no auge da epidemia, quando a demanda é enorme, é muito mais que simples descompromisso: constitui um ato de desrespeito e de desumanidade — afirmou Moreira Mendes na justificativa do projeto. A proposta do senador por Rondônia será analisada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Para Moreira Mendes, fechamento de postos aos sábados e domingos é "desrespeito e desumanidade"

Garantia de matrícula para o aluno que não receber diploma

Projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que assegura a matrícula em instituição de ensino superior a alunos que estejam cursando o último ano do ensino médio, mas que tiveram sua formatura atrasada por causa de greve de professores, é o primeiro item da pauta da reunião da Comissão de Educação (CE), amanhã, às 11h30. A proposição, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tem parecer favorável da relatora, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR). O projeto é terminativo, ou seja, cabe à CE a última opinião sobre o assunto no Senado, a não ser que seja apresentado requerimento para que a matéria seja votada em Plenário.

Também deve ser examinado pela CE parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) favorável a projeto de lei do deputado Reginaldo Germano (PFL-BA) que obriga as concessionárias de distribuição de energia elétrica a estampar, nas contas de luz, instruções alertando os consumidores quanto a procedimentos de segurança na utilização de energia elétrica. A matéria já foi aprovada na



Parecer de Marluce Pinto é favorável ao projeto que altera dispositivo da LDB

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

A comissão examina ainda projeto do Executivo que muda o nome da ponte localizada no quilômetro 316,5 da rodovia BR-158, no Rio Grande do Sul. Atendendo a reivindicação da população local, o governo propõe que a ponte sobre o Vale dos Diabos passe a ser denominada Ponte sobre o Vale do Menino Deus, medida que mereceu parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A CE analisa também, entre outras matérias, projeto que institui o Dia Nacional de Combate ao Glaucoma, em 26 de maio.

Projeto aumenta repasse do salário-educação a município

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará amanhã projeto que beneficia os municípios na repartição de dinheiro oriundo do salário-educação pago pelas empresas — 2,5% sobre os gastos com salários. Por lei, um terço da arrecadação vai para a União e dois terços para estados e municípios, dinheiro que deve ser aplicado no ensino fundamental. O projeto determina que todos os recursos destinados aos estados e municípios terão de ser rateados de acordo com o número de alunos matriculados.

Atualmente, só metade da arrecadação dirigida aos estados e municípios é rateada conforme o número de matrículas no ensino fundamental. A outra



Relator Roberto Saturnino propõe que crédito dos recursos seja automático

metade é usada em projetos dos governos estaduais na área de ensino fundamental, conforme seus interesses. O projeto em discussão, de autoria do senador Álvaro Dias

(PDT-PR), na prática redistribuirá aos municípios a parte que as secretarias estaduais de Educação utilizam em seus projetos.

A proposta passou pela Comissão de Educação e, na CAE, é relatada pelo senador Saturnino Braga (sem partido-RJ), que recomenda a aprovação. Saturnino apresentou subemenda determinando que o dinheiro será creditado automaticamente às secretarias de Educação dos estados e dos municípios.